

## BOLETIM 342

Brasília, 3 de maio de 2017

### Comissão Especial pode votar relatório da Previdência ainda hoje

A comissão especial da reforma da Previdência (PEC 287/16) encerrou na primeira meia hora desta quarta-feira a discussão do relatório do deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA). A votação do texto está marcada para as 10h30.

Na discussão desta terça-feira, alguns deputados da oposição ressaltaram a importância das manifestações da última sexta-feira, quando vários setores entraram em greve para ajudar na rejeição das O deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) pediu ao governo que tenha paciência e negocie com os sindicatos a reforma da Previdência. Segundo ele, é provável que o governo ganhe a votação na comissão, mas os 308 votos do Plenário ainda não estariam garantidos. E perder no Plenário seria ruim para o governo. "O dólar vai a R\$ 10 e a bolsa vai cair 10%. A única coisa que o governo tem para enfrentar a crise é a reforma da Previdência. Se não passar a reforma da Previdência vai ser um caos, porque é a única coisa que o governo está dizendo que vai ser.

O deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) criticou o aumento da idade mínima de acesso aos benefícios assistenciais de 65 para 68 anos. "O BPC representa 79% do orçamento das famílias que o recebem. Elevar em três anos significa deixar essas



famílias - que já estão em um estado praticamente de miséria - três anos sem cobertura nenhuma. Para 47% das famílias, o BPC é a única renda."

**Benefícios assistenciais** - Molon disse ainda que a redução do valor da pensão vai ter impacto grande sobre as famílias com renda acima de dois salários mínimos. Ele citou o exemplo de um casal que ganha R\$ 4 mil, R\$ 2 mil cada, e o marido morre. A viúva teria que ficar apenas com os R\$ 2 mil da sua aposentadoria, pois não poderia acumular com a pensão. Se ela não tivesse aposentadoria, a pensão seria de R\$ 1.200, ou 60% da aposentadoria do marido.

Já a deputada Luizianne Lins (PT-CE) disse que o substitutivo do relator sobre a reforma da Previdência dificulta a obtenção dos benefícios assistenciais ao determinar que a definição de carência será dada a partir da renda bruta de todos os membros da família.

Fonte: Agência CÂMARA

## CPI da Previdência inicia trabalhos no Senado com aprovação de 104 requerimentos

Entre pedidos de informação a órgãos federais e convites para participação de autoridades e especialistas em audiências públicas, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência do Senado **(foto)** aprovou 104 requerimentos, em seu primeiro dia efetivo de trabalho.

A votação foi feita em bloco e a maioria esmagadora dos pedidos aprovados pedem audiências públicas. Entre os nomes que serão convidados a participar estão, por exemplo, os dos ministros Henrique Meirelles, da Fazenda; Eliseu Padilha, da Casa Civil; Dyogo Oliveira, do Planejamento; Marcelo Caetano, secretário de previdência do Ministério da Fazenda; além do presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Leonardo Gadelha; do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ernesto Lozardo e de presidentes de Centrais Sindicais.

**Primeiros passos** - A CPI ainda não fechou um cronograma de trabalho, mas as primeiras audiências públicas já foram marcadas. Amanhã (3), às 14h, os senadores vão ouvir representantes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sinfisco Nacional) e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).

Na próxima segunda-feira (8), será a vez dos parlamentares ouvirem especialistas na área previdenciária. São professores de universidades federais além de representantes do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e do



Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

**Histórico** - A CPI da Previdência foi instalada na última quarta-feira (26) com objetivo de investigar eventuais desvios na Previdência Social. Presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento para criação da comissão, o colegiado, terá na vice-presidência o senador Telmário Mota (PTB-RR) e na relatoria o senador Hélio José (PMDB-DF).

A comissão tem sete senadores titulares e cinco suplentes e deverá encerrar os trabalhos em um prazo de quatro meses. O prazo pode ser prorrogado por mais 60 dias, caso o plenário do Senado aprove a prorrogação.

*Fonte: Agência Brasil*

## Comissão de Combate à Violência contra a Mulher será instalada na quarta

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher deverá ser instalada na quarta-feira (3), às 15h, com a eleição do presidente e do vice-presidente do colegiado. A instalação da comissão estava prevista para o dia 18 de abril, mas a reunião não foi realizada por falta de quórum. O início



dos trabalhos da comissão já foi adiado outras duas vezes.

Na segunda parte do encontro desta quarta-feira, será apresentado o relatório de atividades realizadas pela comissão em 2016. O documento será lido pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), presidente da comissão no biênio 2015-2016, e pela deputada Luizianne Lins (PT-CE). Também serão apresentados dados do Observatório da Mulher contra a Violência coletados pela comissão.

Formada por 37 integrantes titulares, a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher foi criada em 2015 por recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher, que funcionou em 2013 e 2014.

*Fonte: Agência Senado*

## Comissão que analisa MP do saque do FGTS fará audiência na quinta

A comissão mista de análise da Medida Provisória 763/2016, que autorizou saque de contas inativas do FGTS fará audiência pública interativa nesta quinta-feira (4). Foram convidados para a audiência representantes da Caixa Econômica Federal, da Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A MP autorizou saques do FGTS de contas que estavam inativas até 31 de dezembro de 2015. De acordo com o governo, cerca de 10 milhões de pessoas têm direito a esses recursos, o que deve totalizar mais de R\$ 30 bilhões a serem liberados em cinco etapas. Também de acordo com o governo, 8 milhões de cidadãos sacaram os valores a que tinham direito.

A autora do requerimento para audiência pública, deputada Margarida Salomão (PT-MG), afirmou que, apesar de os trabalhadores já estarem no meio do processo de retirada do dinheiro, é necessário esclarecer a importância do FGTS.

— Eu acho que é uma coisa que tem que ser bem discutida. Seria muito impróprio que nós definíssemos uma matéria tão relevante quanto essa, que é uma alteração nas regras que regem o Fundo de Garantia, sem ouvirmos os trabalhadores, se não ouvirmos a própria Caixa — afirmou.

O relator da MP, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), contestou a necessidade de audiências públicas e lembrou que os saques já estão na segunda fase.

— É um assunto extremamente técnico, mais de oito milhões de brasileiros já sacaram o seu FGTS dessas contas inativas, perfazendo mais de R\$ 12 bilhões, dos quais sem sombra de dúvida vem alimentar e fomentar o crescimento da nossa economia. Faço questão de dizer que foi uma decisão acertadíssima.

Os saques do FGTS vão até 31 de julho e variam de acordo com o mês de aniversário do beneficiário.

*Fonte: Agência Senado*

## INSS começa a pagar benefícios atrasados a mais de 81 mil pessoas

Começou a ser pago nesta terça-feira (2) o quinto lote dos benefícios atrasados devidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) àqueles que tiveram revisão do cálculo do que haviam recebido por incapacidade ou em pensões por morte entre 2002 e 2009.

Segundo o INSS, serão pagos R\$ 749,6 milhões a 81,6 mil beneficiários. O quinto lote começa a ser pago



hoje e termina no dia 8, de acordo com o cronograma previsto pelo instituto. A data vai depender do final do número do benefício.

O benefício pode ser consultado na internet ou por meio da Central de Atendimento 135, que funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h. Para fazer consulta pelo site, o segurado deverá ter senha cadastrada.

A revisão é automática. Aqueles que têm direito ao benefício atrasado receberam uma carta do INSS com as informações sobre o pagamento. O quinto lote corresponde ao pagamento dos que têm até 45 anos e benefício ativo em 2012. Os que estão neste grupo receberão entre R\$ 6.000,01 e R\$ 15 mil. Exceto no caso de falecimento do titular, não é necessário que os beneficiários procurem uma agência da Previdência Social.

São Paulo é o estado que concentra o maior número de pagamentos: 27,5 mil, que totalizam R\$ 255,1 milhões.

**Revisão** - A revisão faz parte do acordo estabelecido em agosto de 2012 entre o INSS, o Ministério Público Federal e o Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, homologado pela Justiça Federal em São Paulo, em virtude de Ação Civil Pública. O acordo abrange o reprocessamento de benefícios concedidos entre 2002 e 2009.

A ação determinou que fosse recalculado o valor de determinados benefícios aplicando-se o

percentual inicialmente fixado pela Lei nº 9.876/99, ou seja, 80% dos maiores salários de contribuição dentro do período básico de cálculo. Na época, esses benefícios foram calculados com base em 100% dos salários de contribuição.

As revisões abrangem pensão por morte, auxílio-doença previdenciário, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente previdenciário, aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho, auxílio-doença por acidente de trabalho, auxílio-acidente e pensão por morte por acidente de trabalho.

*Fonte: Agência Brasil*

## Edital intima interessados em prestar informações em recurso sobre RSR e horas extras habituais

O ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, do TST, abriu prazo de 15 dias para que pessoas, órgãos e entidades interessados prestem informações a fim de subsidiar decisão da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) sobre a repercussão da integração das horas extraordinárias habituais ao repouso semanal remunerado (RSR) nas demais parcelas salariais. A matéria é tratada em recurso afetado para apreciação da SDI-1 dentro da sistemática dos recursos de revista repetitivos.

A questão jurídica a ser definida no incidente de recurso repetitivo é a seguinte: A majoração do valor do repouso semanal remunerado, decorrente da integração das horas extras habituais, deve repercutir no cálculo das demais parcelas salariais? A decisão a ser tomada será aplicada a todos os casos semelhantes em tramitação na Justiça do Trabalho.

*Fonte: TST*



*Rangel (de pé, ao lado do presidente Mazinho) faz a abertura do evento da FETICOM-SP*



*Mazinho na abertura do evento da FETICOM-SP*

## Feticom-SP sedia 1º Encontro sobre Manuseio do Saco de Cimento

*Evento debateu as conseqüências para a saúde do trabalhador da construção civil*

Com a participação de dirigentes sindicais, que representam trabalhadores do setor da construção e de especialistas, foi realizado, no último dia 27, na sede da FETICOM-SP, em São Paulo, o 1º Encontro sobre Manuseio do Saco de Cimento e suas conseqüências para a saúde do trabalhador e trabalhadora, que discutiu a elaboração de uma proposta de norma regulamentadora sobre o manuseio, empilhamento e movimentação do saco de cimento.

O evento foi aberto pelo presidente da FETICOM-SP, Ademar Rangel da Silva, que destacou a necessidade de redução do peso do nacional e que vem prejudicando a saúde do trabalhador, principalmente da coluna. “Há

necessidade de redução do peso do saco de cimento, que é de 50 quilos em nível cimento que já demonstrou ser prejudicial à saúde dos trabalhadores”, ressaltou.

**CONTRICOM** - A abertura deste importante Encontro Nacional também contou com a participação do presidente da CONTRICOM, Francisco das Chagas Costa - Mazinho, que, após elogiar a iniciativa da FETICOM-SP, enfatizou a necessidade da redução do peso do saco de cimento, para se garantir a saúde e a segurança dos trabalhadores, como já fizeram diversos países, entre eles a Austrália, onde o saco pesa 20 quilos.

Mazinho condenou a falta de iniciativa governamental numa questão vital para a saúde do trabalhador da construção civil. O dirigente apresentou um paralelo com diversos outros países que já adotam um peso bem inferior do saco de cimento praticado no Brasil.

O secretário geral da FETRACONSPAR (Federação dos Trabalhadores da Construção do Paraná), Sirlei César de Oliveira, também compôs a mesa de abertura, e foi enfático ao reforçar a necessidade de redução do peso do saco do cimento, lembrando que o de argamassa já foi



reduzido para 20 quilos. Ele fez parte da mesa de abertura ao lado de Norma de Almeida Araújo, do Seconic-SP, que aborda o tema “Acidentes e doenças provocadas pelo manuseio de saco de cimento e seus efeitos na saúde do trabalhador e da trabalhadora”.

O 1º Encontro sobre Manuseio do Saco de Cimento e suas conseqüências para a saúde do trabalhador e trabalhadora foi coordenado pelo vice-presidente da FETICOM-SP de Saúde e Segurança, Robinson Leme, e pelo secretário geral da entidade, Jairo José da Silva, e também contou com a participação de Daniel Diverio, do Sindicato Único da Construção do Uruguai (Sunca), país onde há uma legislação específica que reduziu o peso do saco de cimento para 25 quilos, no ano de 2007, e que foi efetivamente aplicado dois anos após, e hoje, inclusive, passou a ser uma referência do peso para outros produtos que são ensacados naquele país.

Segundo Robinson e Jairo, a partir deste Encontro será tirada uma proposta de norma regulamentadora sobre o manuseio, empilhamento e movimentação do saco de cimento, a partir de uma ampla discussão, além de apresentação de dados técnicos sobre o tema.

A programação do evento contou com a participação de diversos especialistas, entre eles representantes da Fundacentro e de pesquisadores, como Fátima Queiroz, da Unifesp, além do auditor fiscal do Ministério do Trabalho, Antonio Pereira do Nascimento, que fez uma análise da estatística de acidentes e doenças decorrentes do manuseio do saco de cimento, assim como do procurador do Trabalho, além de Ronaldo José de Lira, que falou sobre aspectos legais da invalidez e da aposentadoria decorrente

[ de acidente de trabalho por manuseio do saco de cimento na indústria da construção.

Por sua vez, o presidente da ICM, Nilton Freitas, entidade que apóia esta luta dos trabalhadores brasileiros, abordará a normatização em outros países do saco de cimento.

*Fonte: FETICOM-SP/CONTRICOM*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**